CRÉDITO ABC EM MINAS GERAIS: IMPACTOS E DIRECIONAMENTO

BRUNO BENZAQUEN PEROSA[1], MARCELO ODORIZZI DE CAMPOS[2], GUILHERME DE OLIVEIRA LEÃO[3]

O crédito ABC tem um papel central na difusão das tecnologias de baixo carbono na agropecuária brasileira. Este artigo analisa a concessão dessa modalidade em Minas Gerais entre 2012 e 2023, considerando a sua contribuição para a adoção de técnicas ABC. Os resultados mostram que o crédito foi predominantemente concedido em regiões de elevada produção agropecuária, tanto devido aos incentivos econômicos dos agricultores, como devido à maior estrutura bancária disponível. Discute-se, também, como outros critérios poderiam ser considerados de forma a direcionar os recursos a áreas com um maior potencial de mitigação.

A AGRICULTURA de baixo carbono (ABC) vem crescendo rapidamente no Brasil desde 2011, quando foi lançado o Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas Visando à Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura (Plano ABC). Um dos pilares dessa política está na concessão de crédito direcionado (isto é, pelo Programa para Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa na Agricultura – Programa ABC) para agricultores que adotem uma das seis técnicas estabelecidas – plantio direto (PD), integração Lavoura-Pecuária-Floresta (iLPF), fixação biológica de nitrogênio (FBN), florestas plantadas, tratamentos de dejetos animais e recuperação de pastagens degradadas. De forma geral, o Plano ABC foi bem-sucedido, tendo ultrapassado as metas na maior parte das tecnologias (exceto na recuperação de pastagens).

Apesar do avanço do Plano ABC, o acesso ao crédito ABC ainda apresenta limitações, tanto por restrições no sistema bancário, como pelos desafios enfrentados por agricultores em adotar e reportar as ações realizadas com os recursos. Pesquisas realizadas pelo Observatório de Conhecimento e Inovação em Bioeconomia da Fundação Getulio Vargas (OCBio/FGV) revelaram que a dificuldade de monitoramento e aplicação dos recursos figura entre uma

SHUTTERSTOCK



das principais barreiras a uma maior difusão dessa linha de crédito. Essa dificuldade fica evidente ao se observar que os valores tomados desse crédito sempre ficaram aquém do que foi ofertado.

Direcionar o crédito para os produtores mais "aptos" é fundamental para que essa política tenha o maior impacto possível. Essa aptidão pode ser considerada por dimensões econômicas (disponibilidade de recursos e estrutura que viabilizem a adoção da técnica ABC) e técnicas (existência de atividades emissoras e áreas com estoques de carbono a serem capturados). Nem sempre é fácil que as dimensões econômicas e as técnicas estejam alinhadas, mas o potencial de mitigação que pode ser gerado pelo crédito ABC é diretamente impactado por esse alinhamento.

Ainda que seja inegável o estado avançado do Plano ABC, o acesso ao crédito ABC continua tendo limitações, seja por restrições no sistema bancário, seja pelos desafios que agricultores enfrentam para adotar e reportar ações realizadas com os recursos.

A SITUAÇÃO EM MINAS GERAIS

Minas Gerais figura entre os principais produtores agrícolas do País, sendo o quarto maior produtor nacional. A produção do estado está diretamente ligada a atividades pecuárias, com pastagens ocupando 20,8 milhões de hectares, cerca de 57% do território destinado a agropecuária em Minas Gerais. A produção agropecuária mineira também apresenta uma elevada diversificação, tendo relevância em produtos como leite, café, grãos, batata e mandioca. Observa-se, ainda, uma elevada participação da agricultura familiar, que responde por 72,7% dos 607,5 mil estabelecimentos presentes no estado. Assim, observa-se, nesse estado, um perfil agrícola menos concentrado e especializado do que aquele observado em outras regiões produtivas, como o Centro-Oeste.

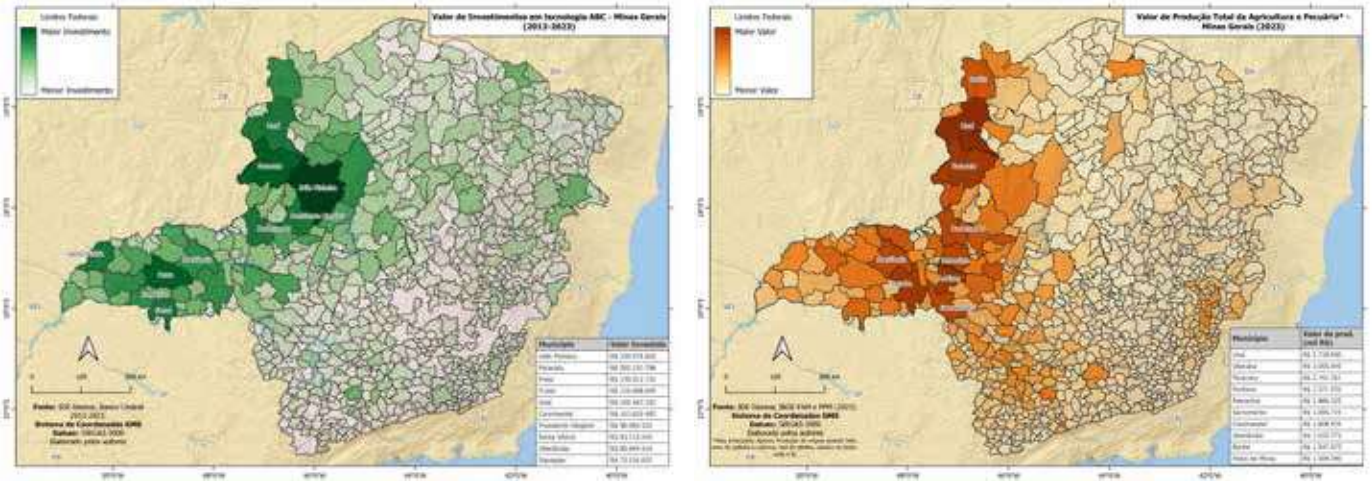
A grande produção agropecuária e o perfil diversificado impulsionaram a adoção de técnicas ABC, sendo Minas Gerais um dos líderes na tomada de crédito ABC. Dados da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (Emater-MG) mostram que o estado foi responsável por 17,8% do total de contratos de crédito ABC assinados no Brasil entre 2012 e 2023.

Ao se considerarem as regiões que mais tomaram crédito, observa-se uma relação direta com o nível de atividade agropecuária. No caso de Minas Gerais, o crédito ABC concentrou-se nas regiões do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (TMAP) e do noroeste de Minas. Ao se comparar o valor da produção agropecuária em 2023, observa-se uma elevada correlação entre as áreas (*vide* os mapas).

Essa correlação faz sentido tanto pelo fato de que as tecnologias ABC são direcionadas a produtores que realizam atividades emissoras, como pela presença de uma maior estrutura bancária em regiões de elevada produção agropecuária. Apesar de tais critérios facilitarem a concessão do crédito ABC, não necessariamente os produtores que estão acessando o crédito seriam aqueles mais "aptos" pelo critério do total que poderia ser mitigado.

MINAS GERAIS: VALOR DE INVESTIMENTO EM TECNOLOGIA ABC (2012-2023) E VALOR DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA (2023)

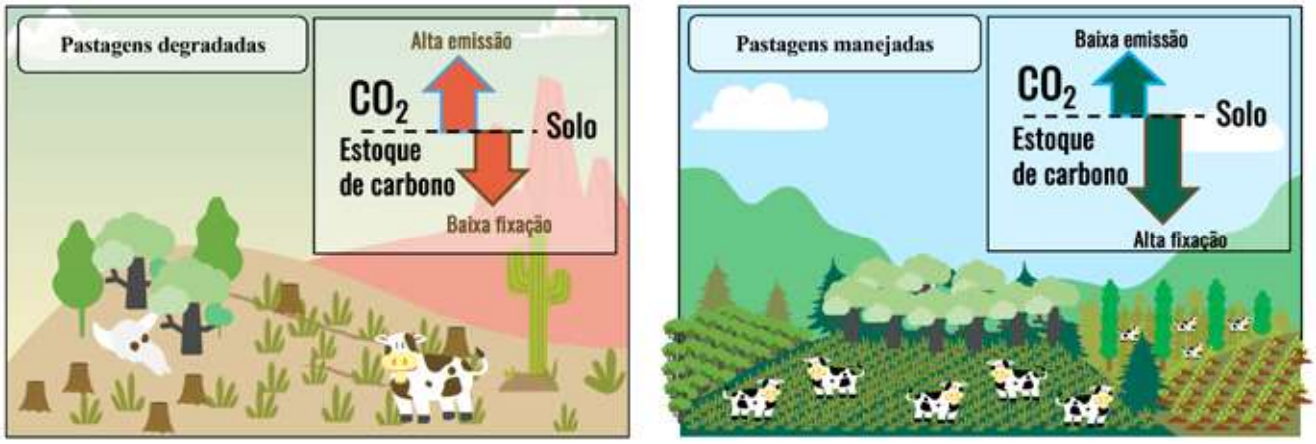
Há uma notável correlação entre as regiões que mais receberam investimentos oriundos do crédito ABC em Minas Gerais e as áreas com maiores valores da produção agropecuária no estado.



Fontes: Sicor/BCB; SIDRA/IBGE

REPRESENTAÇÃO DO FLUXO DE CARBONO EM PASTAGENS

Nas áreas de pastagem degradadas, o carbono é liberado para a atmosfera à medida que a degradação se intensifica, pois a vegetação restante não é eficiente na fixação de carbono.



Fonte: elaboração pelos autores

Uma das principais técnicas ABC é a de recuperação de pastagens degradadas, que tem um elevado potencial de mitigação em regiões onde a pecuária predomina. Além da óbvia necessidade de pastagens, o potencial de mitigação depende do nível de degradação destas. A despeito de as pastagens mais degradadas apresentarem um maior potencial de armazenamento de carbono orgânico no solo, o custo da recuperação é mais elevado e pode demandar a interrupção das atividades pecuárias durante o processo de recuperação e o estabelecimento da gramínea forrageira.

"Apesar de tais critérios [produtores com atividades emissoras e estrutura bancária disponível] facilitarem a concessão do crédito ABC, não necessariamente os produtores que estão acessando o crédito seriam aqueles mais 'aptos' pelo critério do total que poderia ser mitigado."

Segundo dados do Projeto de Mapeamento Anual do Uso e Cobertura da Terra no Brasil (MapBiomas), dos 20,8 milhões de hectares de pastagens em Minas Gerais, aproximadamente 5,9 milhões estão degradados (28%), 10,0 milhões estão em degradação intermediária (49%) e 4,8 milhões não são classificados como degradados (23%).

Dado que quase metade do total de pastagens no estado é classificada como "degradação intermediária", é fundamental converter essas pastagens para "alta qualidade", de modo a interromper e/ou prevenir o processo de degradação pelo qual estão passando, mantendo estável o carbono já armazenado no solo ao longo do tempo e evitando a sua emissão para a atmosfera na forma de CO_2.

Além de um custo de recuperação menor e uma resposta de produtividade mais rápida, as pastagens em degradação intermediária são importantes reservatórios de carbono no solo. Uma vez que a vegetação em processo de degradação não consegue mais protegê-lo, esse carbono será liberado para a atmosfera à medida que a degradação se intensificar. Parar esse processo é urgente e pode significar investimentos menores para impactos maiores, tanto sobre a pegada de carbono do estado, quanto sobre a realidade nacional.

É inegável que o Programa ABC vem contribuindo para a difusão da ABC em Minas Gerais e no Brasil*. Ainda assim, é preciso aprimorar tanto os instrumentos de monitoramento, como os critérios utilizados para direcionar esses recursos. No caso das pastagens degradadas, fica evidente que o grau de degradação das pastagens deveria ser considerado na priorização dos recursos a serem oferecidos. Nas demais tecnologias, outros aspectos técnicos e econômicos também devem ser considerados de forma a potencializar o impacto dessa política pública. ■

Nota: a pesquisa representada neste artigo é apoiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) – projeto APQ-01278-22

*Para informações mais detalhadas sobre os impactos do crédito ABC sobre Minas Gerais, consulte a dissertação "Impactos do Programa ABC de crédito rural na sustentabilidade dos sistemas agrícolas de produção no estado de Minas Gerais", disponível em https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/a03dcae7-2cd7-42cb-9d35-c619fa21b695/content

1 Professor do Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia (IERI/UFU) – brperosa@ufu.br

2 Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Agronomia (Produção Vegetal) da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (FCAV/Unesp), *campus* de Jaboticabal – marcelo.odorizzi@unesp.br

3 Pesquisador do Núcleo de Gestão Ambiental da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Estado de Minas Gerais (SEAPA-MG) – guilherme.leao@agricultura.mg.gov.br